

## OPINIÃO

## Qual a sua avaliação sobre a expansão das universidades federais, que está sendo feita pelo governo?

Fotos: ADRIANA GARCIA



**João Batista Dias de Paiva, 53 anos, professor do departamento de hidráulica e saneamento, coordenador do programa de pós-graduação em Engenharia.**

“Eu, como professor universitário formado na escola pública desde o primeiro ano, não posso me posicionar contra a expansão do ensino público. Ampliar o

ensino superior é o sonho de todos nós. Desde que seja feito adequadamente, com estrutura, qualidade, com gente e massa pensante. E que seja discutido com a sociedade, com o pessoal qualificado a tratar do assunto. Não pode ser na emoção, nem no discurso de palanque, nem do populismo. Senão nós começamos a criar coisas que não existem. Exemplo disso, a Unipampa. Eu não quero entrar no mérito de dizer como está o funcionamento dela, que teve reflexo direto dentro da UFSM, mas isso passou sem a mínima discussão com o corpo docente, técnico-administrativo e, hoje, nós somos responsáveis por essas instituições. Isso tudo sem o necessário acréscimo de recursos, em termos de verbas, equipamentos, prédios, instalações, etc. Esse programa, o REUNI, está sendo lançado ‘meio que a toque de caixa’. Nós aqui do departamento entendemos que a criação de um curso de engenharia ambiental é importante. Temos a mais absoluta convicção de que se abirmos um vestibular o ano que vem, o número de candidatos por vaga supere os cursos mais concorridos na universidade. Só que não temos a condição de fazer isso, no atual quadro.”

**Diorge Alceno Konrad, 43 anos, professor do departamento de História.**



“A expansão da universidade pública e estatal é uma necessidade histórica, social e urgente para um país como o Brasil, no qual uma minoria chega aos bancos escolares superiores. Nosso sindicato sempre defendeu que ela fosse feita, porém, e é preciso reafirmar isso, não pode ser feita de forma demagógica, com objetivos apenas eleitoreiros, com diminuição da qualidade e que coloque em risco o caráter público e estatal das IFES ou traga para dentro das Universidades Federais a lógica dos estabelecimentos privados de ensino. Nesse sentido, políticas governamentais como o REUNI, o professor - equivalente e a Universidade Nova vêm de encontro às nossas lutas, porque colocam o ônus da expansão na precarização do trabalho docente e na formação rápida e sem qualidade, sem contrapor-se à política rentista do capital financeiro, que tem drenado bilhões de dólares que deveriam ir para a educação, a saúde, a moradia e para uma política de desenvolvimento soberana.”

# Governo alega ter recurso para reajuste só em 2008

Arquivo/ANDES-SN

O governo pretende encerrar qualquer tipo de negociação salarial até o final de outubro. Além disso, alega ter disponibilidade para reajuste salarial somente a partir de 2008. Essas informações foram apresentadas pelo secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Duvanier Paiva Ferreira, no dia 13 de setembro, na terceira reunião de negociação da pauta de reivindicações dos professores das instituições federais de ensino superior (IFES). O secretário iniciou a reunião expondo seu estranhamento com o fato de haver um indicativo de greve da categoria

para a última semana deste mês antes da terceira reunião de negociação. Os representantes do ANDES-SN lembraram que a pauta de reivindicações foi entregue em março e que a categoria se encontra ansiosa pelo seu atendimento, pois não tem reajuste desde 2005.

Ferreira reafirmou que o Estado não dispõe de recursos orçamentários para conceder reajuste salarial este ano, mas, possivelmente, somente em 2008, com alcance até 2010, e apresentou os resultados dos estudos realizados pelos técnicos do MPOG sobre a tabela salarial proposta pelo ANDES-SN. De acordo com os estudos, a implantação completa da tabela salarial proposta pelos docentes teria um impacto de R\$ 14 bilhões no orçamento da União. Contudo, o integrante do governo afirmou que o governo não vê isso como o ponto inicial da negociação, e sim a definição da estrutura salarial à qual se pretende chegar.

Uma das reivindicações dos docentes é a valorização do vencimento básico, que em alguns casos está abaixo do salário mínimo. Duvanier Ferreira disse que o governo partilha da posição dos professores, mas não apresentou nenhuma proposta. Também não houve



Reuniões com o Ministério do Planejamento vão até final de outubro

contrapropostas para as demais reivindicações. O integrante do MPOG se comprometeu a apresentar estudos dos impactos da paridade da GED para ativos e aposentados, isonomia de vencimentos e gratificações para os professores do ensino superior e de 1º e 2º graus, incorporação da VPI e equiparação de titularidade na reunião do dia 26 de setembro.

### FINAL DAS DISCUSSÕES

Duvanier Ferreira concordou com a sugestão das entidades representantes dos docentes de fixar um prazo para o processo de conclusão da negociação, sugerindo o dia 23 de outubro como data-limite, com realização de reuniões semanais para negociar os itens da pauta com os representantes do ANDES-SN, se for necessário. Para os representantes do Sindicato Nacional, a reunião demonstrou que a disposição do governo para negociar é fruto da pressão dos docentes, que aprovaram indicativo de greve para a última semana de setembro. “É importante que nossa mobilização seja mantida”, observa Almir Serra Martins Menezes Filho, 3º vice-presidente do ANDES-SN. Além do ANDES-SN, participaram da audiência representantes do SINASEFE, PROFES e do Ministério da Educação.

## Greve ainda não sensibiliza

dia 13 de setembro, mais uma vez estava em pauta a greve e, em análise a proposta do setor das federais para deflagração do movimento. Em virtude do regimento da seção sindical prever quórum de 10% dos associados para deliberar (124 presentes), o tema nem chegou a ser votado, pois apenas 37 professores assinaram a lista de presença.

A presença dos docentes foi pequena mesmo que integrantes da diretoria tenham se esforçado nos dias que antecederam à reunião, passando pelos centros de ensino divulgando a importância da participação da categoria. Uma nova assembleia agora deve ocorrer no dia 4 de outubro, provavelmente com resultados do processo de negociação que tem ocorrido em Brasília. Antecede a plenária, na quarta, dia 3, uma audiência pública envolvendo os três segmentos da instituição na discussão sobre o REUNI.



Diretores da SEDUFSM visitaram departamentos da UFSM

Em nível nacional, a greve dos docentes das universidades federais continua no horizonte para o início de outubro. Tudo vai depender das negociações com o Ministério do Planejamento e, também do andamento de projetos como o REUNI, que recebe a oposição do ANDES-SN. Todavia, na UFSM, um movimento paredista ainda parece longe de sensibilizar a categoria. Na assembleia do

**“É importante que nossa mobilização seja mantida”.**

(Almir Menezes Filho, vice-presidente do ANDES-SN)